



Eixo: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

Sub-eixo: Ética, Direitos Humanos e enfrentamento das expressões cotidianas da alienação e da barbárie.

COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNICAÇÃO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

ELIANA MOURGUES COGOY¹
SUYANE CAMPOS PEREZ²
SIDIMAR FERREIRA DUTRA³
PATRÍCIA DE OLIVEIRA BERGER⁴
RICARDO LODOVSKI⁵

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender a comunicação enquanto o acesso à informação no âmbito do Serviço Social. Para isso, entende-se que a informação é um processo que está para além do simples e remoto conhecimento de notícias ou de dados, ou seja, a informação possui o sentido de emancipação dos sujeitos sociais. Com isso, buscou-se entender o papel da comunicação no âmbito do Serviço Social, principalmente no exercício profissional. A metodologia utilizada baseou-se na análise qualitativa por meio da revisão bibliográfica acerca do tema proposto.

Palavras-chave: Comunicação; Serviço Social e Exercício Profissional.

Abstract: This work has as main objective the communication through an information service for the same and for the data of information or data, that is, an information. here understood has the sense of emancipation of social social. With this purpose, we sought the role of communication in the scope of Social Work and a working method based on the qualitative analysis of the medium of the bibliographic review on the proposed theme.

Keywords: Communication; Social Service; Professional Exercise.

INTRODUÇÃO

O cenário atual depara-se com um *boom* de informações e notícias que faz entender somente o fato em si, ou seja, não aprofunda os meandros e o contexto de uma determinada notícia, com isso a transmissão da informação

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: <elianacogoy@gmail.com>

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Maria.

³ Núcleo De Estudos, Pesquisa E Extensão em Mídia, Cultura e Questão Social/Universidade Federal de Santa Maria.

⁴ Profissional de Serviço Social. Universidade de Santa Maria.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade de Santa Maria.

passa ser um mero comunicado, sem a devida interpretação dos fatos críticos. Ao mesmo tempo, deve-se considerar os avanços dos meios de comunicação, principalmente no setor da informática, porém há que se questionar o tipo de informação e de senso crítico pelo qual essas notícias veiculam e a forma pela qual são interpretadas.

O autor Martín-Barbero (1987) destaca-se por ser pioneiro da teoria latino-americana da comunicação e estabelece a relação entre comunicação e cultura, no qual propõe alguns questionamentos acerca da comunicação.

Diante desse aspecto, a obra “Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia” de Martín-Barbero (2009) traz uma grande contribuição para a América Latina comunicacional analisando a relação entre comunicação, cultura e política. O autor destaca o lugar estratégico que ocupou a comunicação na configuração de novos modelos de sociedade, e sua relação de parentesco em relação ao desenvolvimento da modernização - via satélite, informática, vídeo processadores.

Com isso, o autor propôs uma política a partir da comunicação, identificando o local estratégico que esta ocupa na sociedade atual, onde introduziu os novos sentidos de social e os novos usos sociais para os instrumentos de ensino para o desenvolvimento do poder político de converter a cidadania e de reconstituir a sociedade.

Martín-Barbero (2009) compreende que a mediação está inserida entre a produção e a recepção ocupando um espaço na cultura cotidiana e interferindo na maneira como os receptores recebem os conteúdos midiáticos. Logo, os estudos deste autor tornam-se importante na medida em que identifica o lugar que a comunicação ocupa no receptor da informação, pois deve-se considerar a sua bagagem cultural adquirida a partir de suas práticas culturais permeadas em um contexto social e cultural.

Por meio dos estudos realizados por Martín-Barbero (2009) entende-se que pensar o Serviço Social através desse aspecto torna-se uma tarefa interessante e, ao mesmo tempo propositiva, pois no cotidiano de prática profissional, o assistente social trabalha diretamente com os sujeitos sociais que estão inseridos em um contexto social de negação de direitos e falta de

suporte social que deem conta de suas demandas sociais, principalmente, no que tange ao precário acesso aos serviços públicos e a informação enquanto um direito social.

Sobre outro prisma, o Serviço Social em seu cotidiano profissional, como instrumento básico de trabalho, o conhecimento e a linguagem (IAMAMOTO, 2009, p. 97). Neste sentido, possui como instrumento de trabalho a produção do conhecimento acerca da realidade social e a linguagem, caracterizando-se por ser um profissional que lida com as reflexões do cotidiano e ao mesmo tempo viabiliza o acesso à informações aos usuários, visto que a informação, neste sentido, encontra-se relacionada ao processo de emancipação dos sujeitos sociais.

Sendo assim, este trabalho tem como aporte teórico a teoria marxista que possui como fundamento a análise das relações antagônicas entre o capital e o trabalho, na qual analisa a divisão social do trabalho, a exploração e a alienação. Gadotti (2003) explica que é por meio do conflito entre o capital e o trabalho que surgem um conjunto de problemas sociais, políticos e econômicos que originam a questão social. Como a questão social constitui a matéria-prima do trabalho do assistente social, entende-se que a informação é uma ferramenta de extrema relevância no cotidiano profissional, e contribui para fortalecer a cidadania.

A análise de qualquer processo das relações sociais seja associado à pobreza, fome, desemprego, violência, informação e dentre outros, pressupõe a apropriação dos cenários que antecederam essa realidade, através do resgate histórico das transformações que compõem o processo produtivo capitalista e suas conseqüentes crises. Neste sentido, o método dialético crítico possibilita a compreensão de novos problemas que surgem na sociedade contemporânea, decorrentes de questões atuais como a revolução tecnológica, a globalização e a própria comunicação enquanto direito humano, como também faz analisar sobre o exercício profissional do assistente social.

A posição dialética estimula a compreensão da realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação, construída por sujeitos históricos. Como Kosik (1976) afirma, o homem conhece a realidade

na medida em que a cria e se comporta, em primeiro lugar, como um ser prático.

Diante desses aspectos, este trabalho encontra-se dividido em três partes, na primeira parte analisou-se o papel da comunicação no Serviço Social, no sentido de compreender o lugar do Serviço Social neste processo. No segundo item teceu-se alguns elementos sobre a importância da comunicação no exercício profissional do assistente social. No terceiro realizou-se uma breve análise da entrevista realizada em maio de 2018, com a Professora Kênia Augusta Figueiredo, sobre a importância da informação no acesso aos direitos sociais e, por fim realizou-se as conclusões.

1- COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: tecendo algumas ponderações.

A comunicação tem um papel fundamental em uma sociedade organizada, impactando de forma direta na vida da população. A partir desta afirmação podemos pensar sobre a comunicação de massa e destacar a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos, obedecendo o caráter de servir ao capital, ditando diariamente as regras do viver e ser a partir da lógica do consumo.

Sendo assim, não cumpre a finalidade de informar, de compartilhar a notícia em sua essência, não instrui, apenas dita regras que não propicia aos sujeitos a reflexão e busca constante pelo conhecimento.

Pensar a profissão é, antes de mais nada, atender, de maneira aproximada a uma exigência da própria dinâmica do real, que, pelo seu nível de complexidade, não se permite acompanhar com a mesma intensidade em que se transforma, configurando-se desta forma, mais um desafio para os profissionais. É nesse mesmo direcionamento que encontramos nas colocações de Netto (1996) a afirmação de que, no período histórico atual, existem “transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida

social”, incidindo sobre as profissões, e se faz necessário estabelecer “estratégias profissionais minimamente adequadas para responder às problemáticas emergentes”.

No início do século XXI, o Serviço Social passa a discutir a importância da comunicação uma vez que a hegemonia da mídia auxilia na exclusão social e política dos sujeitos enquanto atores sociais. Neste debate torna-se urgente a reflexão articulada e crítica com as transformações no mundo do trabalho e os desafios encontrados no cotidiano, tanto durante a formação quanto no fazer profissional, perante os desafios resultantes do não aprofundamento sobre comunicação como ferramenta do Serviço Social. Como afirma Figueiredo:

A reflexão sobre a comunicação no exercício profissional do Assistente Social é um desafio. Trata de uma interface entre áreas que possuem uma relação dialética com a dinâmica da vida econômica, política e social do país e do mundo. (FIGUEIREDO, 2009, p.327)

A formação e o fazer profissional do Serviço Social devem buscar o rompimento com as políticas neoliberais que circundam a mídia hegemônica para que haja uma abertura aos movimentos sociais e a sociedade para que sejam possíveis efetivar direitos historicamente conquistados.

Iamamoto (2009) vem alertando a profissão da necessidade de estar sintonizado com os novos tempos. Para a autora, se faz necessário romper com a visão endógena e focalista, “para alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade” (IAMAMOTO, 2009, p. 20), tornando-se necessário captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrindo alternativas de ação.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2009, p. 20)

A partir desta afirmativa, compreender a comunicação como um direito humano e a relação desta com a questão social, traz a necessidade do debate

em torno não só do reconhecimento para além da comunicação como ferramenta de trabalho, mas também em um espaço fundamental de ação política.

Garantir o acesso a informação da população como receptores críticos, capazes de problematizar as informações recebidas, elaborar mecanismo que permitam a socialização da informação, permitir a expressão das lutas dos movimentos sociais pela concretização dos direitos requer entre outras ações a democratização da comunicação.

Conforme Yamamoto (2008), o acesso à informação engloba uma relação democrática aberta a reflexões e críticas entre o os/as assistentes sociais e aos sujeitos que demandam seus direitos e serviços a eles correspondentes.

Nos últimos 30 anos, as instancias organizativas da categoria profissional, materializadas através do conjunto CFESS/CRESS⁶ vêm desenvolvendo ações, políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Como autarquia pública, o CFESS tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

Dentre suas ações, o conjunto CFESS/CRESS, através de um grupo de trabalho, construiu a terceira edição da Política de Comunicação que se coloca como “mais um instrumento político destinado a fortalecer e potencializar a produção e a socialização de informação entre os CFESS e o CRESS e destes com a categoria e a sociedade, na direção de reafirmar o projeto ético-político profissional” (2016, p. 5). Nessa conjuntura, o Serviço Social se insere como partícipe da luta pela democratização da comunicação em nosso país visando a transformação da sociedade brasileira para que se torne mais justa e igualitária. Para o conjunto CFESS/CRESS:

a comunicação tem papel estratégico no fortalecimento dos usuários e usuárias dos serviços e políticas sociais, na disputa pela função e

⁶ CFESS: Conselho Federal de Serviço Social / CRESS: Conselho Regional de Serviço Social

imagem social da profissão e na construção de um poder popular com vistas à transformação das relações sociais. (POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO, 2016, p. 8).

Pensando o Serviço Social como profissão inserida na produção e reprodução das relações sociais, sendo a questão social seu objeto de trabalho, a informação seguramente torna-se importante ferramenta de atuação profissional, no entanto, concretizar ações profissionais perpassa por desafiadora ação nas "plataformas e estratégias de lutas dos diversos movimentos sociais" Ruiz (2009), que envolvem aprimoramento permanente e a ocupação dos mais variados espaços públicos de discussão e deliberação sobre os rumos das políticas públicas e constante luta na efetivação de direitos sociais.

Pensar a comunicação como ferramenta de trabalho do assistente social requer mais do que simples desenvolvimento de ações, mas também empoderamento político e social.

2. EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: breve análise sobre a importância da comunicação.

A comunicação se caracteriza por ser um grande movimento da sociedade moderna e vem evoluindo com restrita relação dialética com as relações sociais. Sendo assim, fica perceptível seu grande potencial de transformação na sociedade.

Diante disso, deve-se estabelecer a comunicação como um campo estratégico, não só para comunicadores, como também para profissionais e intelectuais comprometidos com a democratização e justiça social, como é o caso dos assistentes sociais que dominam saberes e colaboram com os processos interventivos, compondo a sociedade civil, a opinião pública, o Estado e a população.

Refletir sobre o processo de comunicação no exercício profissional do assistente social deve, portanto, se construir num ponto importante de análise e de intervenção junto às diversas expressões da questão social [...] (ESPÍNDOLA; 2011, p. 228)

Espindola (2011) enfatiza a importância da reflexão da comunicação na área do Serviço Social e da maneira como ela é transversal e intrinsecamente ligada ao trabalho profissional frente às expressões da questão social. Para além de colocar a profissão diante dos meios de comunicação, é importante chamar a população para construir estes espaços de maneira democrática, compreendendo seu papel na sociedade, no âmbito do controle social, na construção de políticas públicas e sociais e se colocando como sujeitos fundamentais no processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste sentido, entende-se que o Serviço Social tem muito a contribuir no âmbito das comunicações, seja pelo caráter interventivo dos assistentes sociais, como também, por entender a comunicação como um meio para a construção de um projeto societário fundamentado na emancipação humana. Destaca-se que está previsto nos princípios do Código de Ética Profissional do Serviço Social (1993), que a postura profissional deve reconhecer “(...) a liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”. Além disso, deve defender o “(...) aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”.

Uma vez atendidos estes e os demais princípios previstos no Código de Ética Profissional do Serviço Social, os assistentes sociais tendem a qualificar suas ações profissionais no sentido de contribuir e viabilizar a participação da população usuária, no sentido de democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no campo ocupacional, assim como a inserção e participação dos usuários nas políticas públicas.

Sobre o acesso à informação como direito, os assistentes sociais, mediante suas competências e atribuições, podem potencializar seu fazer profissional, e assumir um papel mais propositivo e atuante no processo

educacional e informativo, na defesa dos direitos humanos e na recusa do arbítrio autoritário e na a proposição reflexiva.

Diante disso, compreender a comunicação como direito humano fundamental nos marcos do Século XXI e da rápida evolução tecnológica e do mundo da informação é essencial para democratizar o acesso da população não só a formas de reproduzir suas próprias informações e cultura. Obviamente, esta compreensão deve estar expressa não só teoricamente, restando-nos o desafio de dar-lhe concretude nas plataformas e estratégias de lutas dos diversos movimentos sociais (RUIZ, 2009).

Tendo em vista que o assistente social tem contato direto com as mais diversas expressões da questão social e que a análise sobre os fenômenos sociais passam por uma reflexão crítica, pode-se salientar que este profissional deve promover caminhos acerca da produção e veiculação das informações, dando enfoque elementar nas abordagens face a questão social, com informações que explanem a realidade dos fatos e que apontem suas causas e as ligações que se tem com o contexto social.

No cenário atual, onde a sociedade necessita de um melhor esclarecimento das informações que perpassam os direitos de cidadania, cabe aos assistentes sociais identificar a importância da comunicação no fazer profissional. É fundamental ter um sentido que possa desencadear maiores construções acerca do papel do assistente social como um potente educador político social, conforme destacado por Figueiredo (2009), relacionando-se de forma natural com seu papel interventivo, garantindo através de políticas públicas, a informação como um bem social e de direito – segundo preceito estabelecido pelo artigo 5º da Constituição Federal que versa sobre a comunicação social⁷.

2.1- A COMUNICAÇÃO E A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO ASSISTENTE SOCIAL: breve relato sobre a entrevista realizada com a Profa. Kênia Augusta Figueiredo.

⁷ A Constituição Federal de 1988 traz em seu corpo um capítulo destinado apenas à comunicação social. O Capítulo 5 do Título VIII da Constituição intitulado "Da comunicação social" está dividido em 5 artigos: 220; 221; 222; 223 e 224. I

Entre os dias 17 e 18 de maio de 2018, participou da cobertura de imprensa do 12º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais – EGAS ocorrido na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre/RS. Compreende-se a importância da democratização da comunicação frente a possibilidade de ir além do ambiente acadêmico, realizou-se diversas entrevistas com assistentes sociais de diferentes regiões do país.

Com a proposta de possibilitar a diversidade e transversalidade de variados temas que perpassam a cidadania, a garantia de direitos e o acesso a informação, uma das entrevistas gravadas no 12º EGAS foi realizada com a Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo⁸. A referida docente, participou da mesa de abertura do Seminário Estadual da Comissão Comunicação, intitulada “A comunicação como um direito humano: democratizar é preciso” e do painel “A comunicação com estratégia para a consolidação do Projeto ético-político do Serviço Social”. Neste artigo, apresentam-se algumas questões que foram realizadas no decorrer da entrevista.

Quando questionada sobre a inserção dos assistentes sociais no campo da comunicação e qual era a sua importância, a entrevistada respondeu:

Cabe a nós buscar o resgate da função pedagógica do assistente social, privilegiando a nossa atuação, onde temos um papel importante como educadores sociais, pensando na função pedagógica com uma perspectiva de emancipação política. Outra perspectiva seria garantir o direito a comunicação, sendo que a linguagem é uma ferramenta importante para o fazer profissional, visto que os profissionais possuem uma vasta produção teórica a respeito da profissão, porém carece, de estudos sobre a interlocução com o usuário, que pode muito nos ajudar no exercício profissional. (Entrevista realizada com Kênia Augusta Figueiredo em 17/05/2018)

A entrevistada ressalta a busca da função pedagógica do assistente social, ressaltando a emancipação política dos sujeitos como também a

⁸ Kênia Augusta Figueiredo é professora na Universidade de Brasília – UNB. Ela é uma das mais eminentes pesquisadoras na área de Comunicação e Serviço Social. Seus estudos oferecem relevantes recursos intelectuais que possibilitam compreender a relação entre comunicação e Serviço Social, especialmente, na área de comunicação pública e política de assistência social. Coordena o Compas - Grupo de pesquisa estudos, pesquisa e extensão sobre Comunicação pública e Assistência Social, certificado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

linguagem como ferramenta importante do fazer profissional. Neste sentido, identifica-se que a fala da entrevistada coaduna com Iamamoto:

As ações pedagógicas concretizam a ação material e ideológica no modo de vida, de sentir, pensar e agir das classes subalternas envolvidas nos espaços ocupacionais, interferindo na reprodução física e subjetiva dessas classes, ao mesmo tempo que rebatem na constituição do Serviço Social como profissão (IAMAMOTO, 2008, p. 317)

Ao referir sobre as ações pedagógicas, Iamamoto (2008), enfatiza o rebatimento destas no modo de vida das classes subalternas, ou seja, elas interferem na reprodução física e subjetiva destas classes. A autora salienta ainda que o desafio do assistente social está em avançar na luta emancipatória voltada à construção de uma nova sociabilidade. Assim como Iamamoto, Figueiredo também destaca essa perspectiva emancipatória.

Ao destacar que há uma carência de “estudos sobre a interlocução com o usuário, que pode muito nos ajudar no exercício profissional”, percebe-se a necessidade da constituição de uma nova cultura a ser estabelecida entre o assistente social em detrimento na sua relação com as classes subalternas. Isto pressupõe, o que Iamamoto (2008) assinala na construção da função pedagógica do assistente social, direcionada à participação popular na luta pela democratização das políticas públicas e universalização dos atendimentos para fazer frente às necessidades mediatas e imediatas das classes subalternas.

Quando indagada sobre a relação entre a comunicação e o exercício profissional do assistente social, Kênia Figueiredo ressalta que:

A comunicação sempre foi tratada como, alguém que informa e outro que recebe, porém, por se tratar de um direito humano que auxilia na liberdade de expressão, nós temos o papel de qualificar a comunicação, para um melhor diálogo com os usuários, na garantia de direitos. Deixando de desempenhar um papel meramente institucional e naturalizando os papéis burocráticos... (Entrevista – Kênia Figueiredo em 17/05/2018)

Observa-se na fala da entrevistada que para que a comunicação efetivamente aconteça, o processo entre emissor-mensagem-receptor, precisa ser estabelecido dentro de um bom relacionamento, no qual a informação não é somente transferida, mas sim, compreendida de fato. Para tanto, é necessário ter o entendimento da comunicação como direto humano, propiciando que a mesma exerça sua função de liberdade de expressão.

4- CONCLUSÃO

A partir dos objetivos que este artigo se propõe, verifica-se que comunicação possui um papel fundamental tanto no âmbito do exercício profissional do assistente social, por meio da informação vista por meio da emancipação, como também no processo dialético entre os sujeitos sociais e o contexto social, tendo em vista que o fator determinante do ser social são as relações sociais que são estabelecidas no cotidiano. As relações sociais mediadas pelos avanços no campo das comunicações, propiciam novas configurações de organização da dinâmica da vida social, que têm inerente em si as contradições, a historicidade, a materialidade e a crítica, provocando assim, pertinentes reflexões acerca da realidade social.

Pensar o acesso à informação, de forma emancipatória, tem como papel fundamental a construção de sujeitos críticos, capazes de problematizar as informações recebidas, elaborar mecanismo que permitam a socialização da informação, permitir a expressão das lutas dos movimentos sociais pela concretização dos direitos, dentre outras ações que levem democratização dos direitos sociais.

O Serviço Social, enquanto profissão, que tem a questão social como seu objeto de trabalho, deve levar em consideração todas as mudanças societárias da atual conjuntura, como também os avanços e agilidade das notícias que são disseminadas pelos meios de propagação de informações para que assim possa estabelecer estratégias profissionais para responder a essas problemáticas, usando a informação como ferramenta do fazer profissional. Esta compreensão torna-se elementar para o Serviço Social, o

qual tem como base fundamental de atuação as relações sociais oriundas das expressões da questão social estabelecidas no contexto das desigualdades sociais do sistema capitalista vigente.

Logo, o assistente social, em seu exercício profissional, precisa estar atento na compreensão da importância da comunicação como um direito humano, como também perceber a relação desta com as expressões da questão social, como elemento relevante na construção da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ESPÍNDOLA, Nelma R. S. Em defesa do diálogo entre a mídia rádio e o Serviço Social. In: Sales, M. A.; Ruiz, J. S. R..(Org.). **Mídia, questão social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2009, v. 1, p. 214-234.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. O assistente social na era das comunicações. In: RUIZ, Jefferson Lee de Souza; SALES, Mione Apolinário (Org.). **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 323–343.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 17. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

MARTIN-BARBERO, Jesus. La telenovela en Colombia: televisión, melodrama y vida cotidiana. **Diálogos de la Comunicación**, n. 17, pp. 46-59. Lima, 1987.

_____. **Dos meios às mediações**: Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009..

MARTÍN-BARBERO, J.; REY, G. **Os exercícios do ver**: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. 2 ed. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social-notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 17, n. 50, 1996.

POLÍTICA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO CONJUNTO CFESS-CRESS.
Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/3a-PoliticaComunicacaoCfessCress-2016.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018

RUIZ, J. Comunicação como um direito humano. In: RUIZ, J.; SALLES, M. (Orgs.). **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. p.82-102.

SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (Orgs). **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo. Cortez, 2009.